

RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO RIO GRANDE DO SUL: REFLEXOS DA PANDEMIA E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Julliana Cunha Alves¹
Rafael Folmann Chernhak²
Gabriely de Sousa Rosa³

Resumo:

O presente artigo discute os contextos emergentes educacionais frente ao estado de calamidade pública global imposto pela pandemia da COVID-19, com destaque para o estado do Rio Grande do Sul, considerando a influência de movimentos sociais no estabelecimento de marcos normativos que regulamentaram o retorno das atividades na Educação Básica. Realizou-se uma pesquisa quali-quantitativa para levantamento de dados, e foram utilizadas informações referentes disponibilizadas *on-line* pelo governo do Estado e posicionamentos dos movimentos sociais “Organização de Pais e Mães pela Democracia” e “Lugar de Criança é na Escola”. O estado de calamidade pública imposto pela pandemia da COVID-19 acarretou uma realidade global que apresentou com grandes números de infectados e mortos, ocasionando o fechamento de fronteiras e isolamento social. O contexto pandêmico trouxe impactos nas relações humanas, principalmente dentro do ambiente escolar, mudando a realidade de diversos estudantes no mundo, levando a sala de aula para dentro de um espaço virtual. Os resultados da pesquisa indicam que o fechamento das escolas causou uma dualidade nas opiniões de pais e mães desde 2020 até a reabertura oficial. Identificaram-se algumas mudanças no posicionamento do governo estadual em relação ao retorno obrigatório das atividades presenciais nas escolas devido à pressão de familiares dos movimentos “Organização Pais e Mães pela democracia” e “Lugar de Criança é na Escola”.

Palavras-chave:

Contextos Emergentes. Educação Básica. COVID-19. Aula Presencial.

RETOUR AUX CLASSES PRÉSENTIELLES DANS L'ENSEIGNEMENT PRIMAIRE À RIO GRANDE DO SUL : RÉFLEXIONS DE LA PANDÉMIE ET DES MOUVEMENTS SOCIAUX

Résumé :

Dans le but d'analyser une relation parmi les cas et les décès de COVID-19, les niveaux de vaccination et la gestion publique pour le retour aux classes d'éducation de base, cet article aborde les contextes éducatifs émergents face à l'état de calamité mondiale, dans l'État de Rio Grande do Sul. Une recherche mixte, qualitative et quantitative, a été réalisée pour la collecte de données, en utilisant des informations concernant les cadres réglementaires de la pandémie de coronavirus disponibles en ligne par le gouvernement de l'État, en plus du positionnement

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pedagoga. E-mail: jullianacunhaalves@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5861-6412>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4570735221105310>

² Mestrando no Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). - Internacionalista. E-mail: rafafolmann@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1598-5207>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2026307384790360>.

³ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pedagoga. E-mail: gabrielyrosaa@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7055-7862>. <http://lattes.cnpq.br/8262046380949861>.

de l'organisation de « Pais e Mães pela Democracia ». L'état de calamité publique de COVID-19 a causé une réalité mondiale dévastatrice avec un grand nombre de personnes infectées et mortes, provoquant la fermeture des frontières et l'isolement social. Le contexte pandémique impacte les relations humaines, en particulier au sein de l'environnement scolaire, changeant la réalité de nombreux élèves à travers le monde, faisant de la classe un espace virtuel. Cependant, la fermeture des écoles a provoqué une dualité d'opinions des pères et des mères de 2020 jusqu'à l'ouverture officielle. A noter que les changements intervenus entre la publication des décrets sont dus à la pression des membres de la famille dans les mouvements « Organização Pais e Mães pela democracia » et « Lugar de Criança é na Escola », rendant le retour à l'école obligatoire en octobre 2021.

Mots-clés:

Contextes Emergents. Éducation de Base. COVID-19. Enseignement en Présentiel.

RETURN TO PRESENTIAL CLASSES IN PRIMARY EDUCATION IN RIO GRANDE DO SUL: REFLECTIONS OF THE PANDEMIC AND SOCIAL MOVEMENTS

Abstract:

In order to analyze the connection between cases and deaths by COVID-19, vaccination levels and management for the return of early years classes, this article discusses the emerging educational contexts regarding the state of public calamity in the state of Rio Grande do Sul. A qualitative-quantitative survey was carried out for data collection, using information regarding the normative frameworks of the Coronavirus pandemic available online by the government, the positioning of the "Organização de Pais e Mães pela Democracia". The state of public calamity of COVID-19 has led to a devastating global reality with large numbers of infected and dead, causing border closure and social isolation. The pandemic context has had impacts on human relations, mainly within the school environment, changing the reality of several students in the world, bringing the classroom into a virtual space. However, the closure of schools caused a duality in the opinions of fathers and mothers from 2020 until the official opening. It is remarkable that the changes that occurred between the publications of the decrees took place due to the pressure of family members in the movements "Organização de Pais e Mães pela Democracia" and "Lugar de Criança é na Escola", making mandatory the school's to return in October 2021.

Keywords:

Emerging Context. Basic Education. COVID-19. Face-to-face Instruction.

Introdução

As instituições escolares foram surpreendidas com os impactos e efeitos da pandemia de COVID-19. A rápida transmissão do vírus e o aumento do número de mortes fizeram países fecharem suas fronteiras e as relações humanas presenciais foram substituídas por chamadas de vídeo. As consequências para a economia mundial foram devastadoras (WORLD BANK, 2022) e a população se viu impelida a inovar para que fosse possível dar continuidade ao desenvolvimento das relações humanas e sociais.

[...] um estado de mutação que se encontra em todas as partes e tem pontos de contato, de domínio e de diferenciação, mas como se trata de uma transição histórica de longo prazo, se apresenta muito complexo e congregador de forças que chegam de todos os lados e têm efeitos e causas desiguais entre o que está determinado e o que está surgindo (DIDRIKSSON, 2008, p.5).

O isolamento social, adotado como estratégia temporária neste período pandêmico, implicou no fechamento temporário das unidades escolares, e no período entre 28 de março e 26 de abril de 2020, e atingiu 1,7 bilhão de estudantes (90% de todos os estudantes no mundo), de diferentes níveis e faixas etárias em até 193 países (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION [UNESCO], 2020). Considerando a diversidade da América Latina, os países com a maior desigualdade social enfrentaram sérios problemas com o desenvolvimento educacional, visto que o isolamento utilizado como estratégia para o acesso às escolas só poderia ser feito através do uso das tecnologias (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA [UNICEF], 2020).

O estado do Rio Grande do Sul adotou medidas para o isolamento social e recomendou que as escolas públicas estaduais utilizassem estratégias por meio do ensino remoto para a continuidade das atividades escolares. Segundo Moreira e Schlemmer, no ensino remoto

[...] o ensino presencial físico (mesmos cursos, currículo, metodologias e práticas pedagógicas) é transposto para os meios digitais, em rede [...] Embora haja um distanciamento geográfico, privilegia-se o compartilhamento de um mesmo tempo, ou seja, a aula ocorre num tempo síncrono, seguindo princípios do ensino presencial. A comunicação é predominantemente bidirecional, do tipo um para muitos, no qual o professor protagoniza videoaula ou realiza uma aula expositiva por meio de sistemas de webconferência. Dessa forma, a presença física do professor e do aluno no espaço da sala de aula geográfica são substituídas por uma presença digital, numa sala de aula digital. No ensino remoto ou aula remota, o foco está nas informações e nas formas de transmissão dessas informações (MOREIRA, SCHLEMMER, 2020, p. 9)

Assim, professores deveriam organizar o planejamento das aulas para acolher e acompanhar seus alunos através de uma plataforma digital. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE], 2018), 20,9% dos domicílios brasileiros não têm acesso à internet, o que representa cerca de 15 milhões de lares. De acordo Souza (2020),

Em 79,1% das residências que têm acesso à rede, o celular é o equipamento

mais utilizado e encontrado em 99,2% dos domicílios, mas muitas famílias compartilham um único equipamento. Outra realidade que não podemos desconsiderar é que as casas das classes média e alta têm uma estrutura privilegiada para o desenvolvimento de atividades escolares. Porém, as residências das classes populares se configuram, em geral, com poucos cômodos onde convivem várias pessoas, tornando-se difícil a dedicação dos alunos às atividades escolares (SOUZA, 2020, p. 111).

Considerando as dificuldades de acesso dos alunos em situação de vulnerabilidade social, identificou-se que adaptações pedagógicas deveriam ser feitas, visto que seria uma minoria que teria acesso aos processos educativos no contexto de ensino remoto, o qual seria realizado via internet móvel através do único celular da família, em muitos casos. Entre as incertezas de recomendações estabelecidas via governo federal e estadual, destaca-se a abertura para uma organização autônoma atribuída a cada escola estadual, sendo que a gestão escolar ficou responsável por adaptar o desenvolvimento das aulas e demais atividades educacionais. Os alunos sem acesso aos processos educativos teriam disponível semanalmente as atividades e explicações de forma impressa a serem retiradas na escola. É importante considerar que, enquanto as efervescências políticas aconteciam no campo de disputa educacional, muitos membros das famílias dos estudantes das escolas públicas estavam desempregados ou sem espaço para a busca de renda, visto que a grande maioria do comércio ficou fechado por um longo período no ano de 2020.

Conforme o balanço anual do Todos Pela Educação⁴, organização da sociedade civil, que tem como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Básica no Brasil, observou-se a forte desaceleração da agenda de políticas públicas voltadas para a educação básica em função da pandemia. Conforme o levantamento realizado por esta organização, “a ausência de coordenação nacional e a baixa execução orçamentária do Ministério da Educação em 2020 agravaram o quadro, que só não foi pior, devido à ação do Legislativo e de prefeituras e governos estaduais” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021, documento *on-line*).

Após as dificuldades enfrentadas durante a modalidade de ensino remoto - como a falta de preparo para lidar com as tecnologias digitais, a falta de conhecimento para ensinar virtualmente, a falta de equipamentos em casa (celular, computador) e até mesmo o mínimo de acesso à internet (PIMENTA, 2022) -, com o avanço da vacinação e a diminuição dos casos e óbitos o retorno presencial gradual das atividades educacionais foi estabelecido como meta no estado do Rio Grande do Sul. Identificou-se um campo de disputa político entre as escolas, organizações de pais, o governo do estado e as orientações dos órgãos de saúde.

⁴ Disponível em <https://todospelaeducacao.org.br/>.

Buscando identificar os marcos normativos estabelecidos via governo estadual para o retorno às aulas considerando o contexto emergente da pandemia de COVID-19, o objetivo deste estudo é analisar a relação entre os casos e óbitos por COVID-19, os níveis de vacinação e a gestão para o retorno das aulas da educação básica.

O artigo apresenta, inicialmente, a sua metodologia com abordagem qualitativa e de cunho exploratório. Após, mostram-se os dados referentes à pandemia de COVID-19 no Rio Grande Sul, os campos de disputa popular no estado, a evolução das ações tomadas pelo governo estadual para adaptar a educação básica ao contexto de isolamento social causado pela pandemia durante esse período até o retorno às aulas presenciais.

Metodologia

Para a realização desta pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa, de cunho exploratório. Este tipo de pesquisa tem como objetivo

[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35).

Neste estudo optou-se por realizar um levantamento de dados em decretos estaduais, em dados disponibilizados em publicações oficiais dos órgãos responsáveis pelo controle da contaminação do vírus, como o “Painel Coronavírus” e “Monitoramento de Imunização”, vinculados ao governo do estado do Rio Grande do Sul, bem como os posicionamentos e tensões presentes na sociedade civil, e suas implicações no retorno das atividades presenciais nas instituições de Educação Básica no estado.

As manifestações de pais, professores e algumas escolas de Educação Básica foram utilizadas para compor os dados da pesquisa o posicionamento da associação “Mães e Pais pela democracia” e “Lugar de Criança é na Escola”. Tais movimentações dos manifestos *online* realizados pelos dois movimentos, notou-se a influência na volta às aulas presenciais, conforme a divulgação dos decretos no estado do Rio Grande do Sul utilizados para a escrita do presente artigo.

As organizações são compostas principalmente por mães e pais, que divergem na proposta de volta à escola de forma presencial. Enquanto a organização “Lugar de Criança é na Escola” clamava pelo retorno das atividades presenciais nas escolas de Educação Básica, a

“Mães e Pais pela democracia” era contrária a ideia⁵, argumentando que não havia vacinação contra a COVID-19 para crianças menores de 12 anos (no final de 2021), alunos que residem com pessoas no grupo de comorbidades e estudantes que necessitam de deslocamento entre cidades para frequentar a escola.

Para a análise juntamente. Através de uma linha do tempo, buscou-se indicar os processos estabelecidos com as publicações e alterações dos decretos estaduais, e a relação entre a visão dos movimentos e as decisões tomadas pelo governo estadual que implicaram com retorno das aulas na Educação Básica. Através de uma linha do tempo, buscamos indicar os processos estabelecidos e refletir sobre os dados levantados.

Resultados e discussões

Considerando os dados levantados, apresentam-se os resultados e as discussões acerca do retorno das aulas presenciais nas escolas públicas de educação básica do estado do Rio Grande do Sul, no contexto da pandemia da COVID-19.

COVID-19 no Rio Grande do Sul

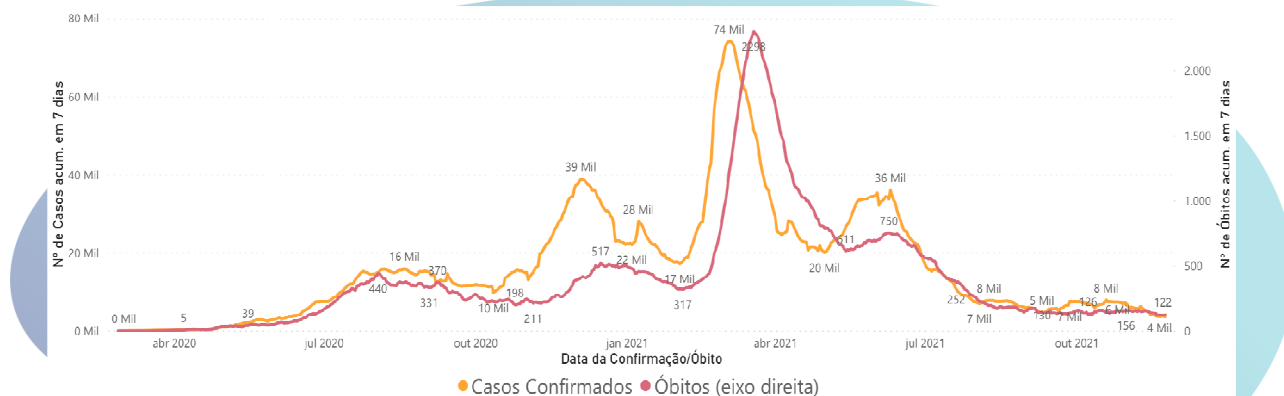
A rápida transmissão geográfica do novo coronavírus, os altos níveis de contaminação e a falta de ação dos governos fez a Organização Mundial de Saúde (OMS) elevar o seu *status* para o de uma pandemia em 11 de março de 2020 (UNIVERSIDADE ABERTA DO SUS [UNASUS], 2021). A contaminação do vírus no Brasil aconteceu rapidamente e, no dia 17 de março, apenas seis dias após a declaração do coronavírus como uma pandemia, foi registrada a primeira morte por COVID-19, no estado de São Paulo (BRASIL, 2022).

No Rio Grande do Sul, conforme o documento *Coronavírus: boletim diário de casos em países selecionados, Brasil e RS*, registraram-se os primeiros casos de COVID-19 no dia 04 de março de 2020 (RIO GRANDE DO SUL, 2021). Após a confirmação dos primeiros casos e com o aumento significativo do número de pessoas infectadas neste mesmo mês, o governo do Rio Grande do Sul publicou, em 19 de março de 2021, o decreto nº 55.128 no qual “Declara estado de calamidade pública em todo o território do estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus) [...]” (RIO GRANDE DO SUL, 2020b).

⁵ Informação disponível em Diário Santa Maria - <https://diariosm.com.br/not%C3%ADcias/educa%C3%A7%C3%A3o/associa%C3%A7%C3%A3o-m%C3%A3es-e-pais-pela-democracia-pede-suspens%C3%A3o-do-decreto-estadual-1.2379772>.

O número de óbitos pelo vírus Sars-Cov-2 cresceu significativamente em todo o território nacional desde o dia do primeiro óbito notificado no país. Quando o primeiro óbito foi confirmado no Rio Grande do Sul, no dia 24 de março de 2021 (RIO GRANDE DO SUL, 2021b), o Brasil já acumulava 46 mortes ocasionadas pelo vírus (RITCHIE *et al.*, 2021). O aumento do número de casos confirmados e de óbitos no estado foi aumentando consideravelmente conforme demonstrado no Gráfico.

Gráfico 1 - Número de casos confirmados e óbitos acumulados em 7 dias no Rio Grande do Sul



Fonte: Secretaria Estadual de Saúde (RIO GRANDE DO SUL, 2021b).

Ao final do ano de 2020, o estado do Rio Grande do Sul já acumulava expressivos 514.201 casos de contaminação e 9.235 óbitos confirmados por COVID-19 até o dia 31 de dezembro de 2020 (RIO GRANDE DO SUL, 2021f). Nessa data, ainda sem vacina disponível no Brasil para o combate ao vírus, as contaminações e os óbitos não paravam de acumular. Somente no dia 18 de janeiro de 2021 (RIO GRANDE DO SUL, 2021g) o governo do estado anunciou o início da vacinação, a qual iniciou efetivamente no dia 20 de janeiro de 2021 (RIO GRANDE DO SUL, 2021e).

O início da vacinação foi uma esperança para o ano de 2021 e para um possível retorno às aulas presenciais nas instituições educacionais. Porém a pandemia seguiu em alta, com números de contaminação e de óbitos de pessoas não vacinadas muito elevados. O mês de março de 2021 foi o pior mês em todo o histórico da pandemia no Rio Grande do Sul, alcançando nesse período os piores índices de contaminação, de ocupação de leitos de UTI e de óbitos por COVID-19 (BRASIL, 2022).

Campo de disputa popular

Durante as decisões públicas para as estratégias voltadas ao retorno das práticas educacionais na modalidade presencial, dois grupos de pais emergem nas redes sociais com discursos oponentes a fim de propor a volta ou não das aulas presenciais: o movimento intitulado “Mães e Pais pela Democracia” e o movimento “Lugar de Criança é na Escola”.

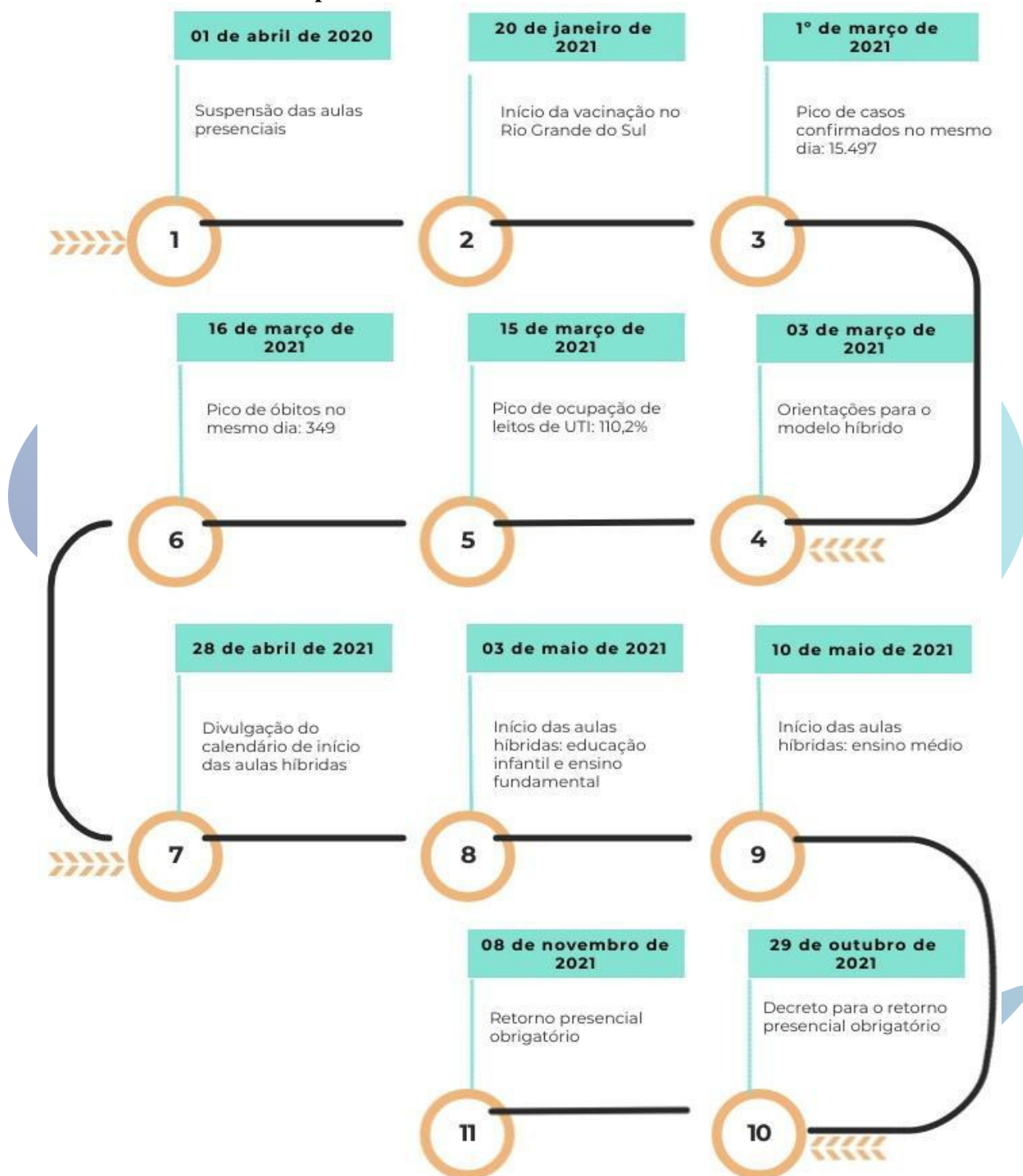
Usando as redes sociais como campo de disputa, os grupos defendem as seguintes ideias: o movimento “Lugar de Criança é na Escola”, criado em meados de fevereiro de 2021, defendeu a reabertura das escolas e o retorno das crianças às salas de aula a partir do argumento que as relações escolares têm um papel central do desenvolvimento infantil. Em outra perspectiva, o movimento “Mães & Pais pela Democracia”, criado em 2018, a partir das discussões do projeto “Escola Sem Partido”, posicionava-se contrário à proposta autoritária da lei 193/2016 que visava limitar a atuação dos professores para impedir que eles promovam suas crenças ideológicas e partidárias em sala de aula ou que incitem os estudantes a participarem de protestos populares. No início de 2021, o movimento ganha força se posicionando contra a proposta do estado para a retomada das aulas presenciais no estado do Rio Grande do Sul.

Com os recursos das redes sociais e a força midiática a partir da discussão, ambos os grupos contribuíram para as estratégias de retorno, um por sua tendência de urgência na necessidade escolar e outro por reforçar a importância da segurança sanitária. O governo do estado do Rio Grande do Sul participou de reuniões com ambos os representantes, e entre pressão popular, optou pelo retorno das aulas em 29 de outubro de 2021.

As aulas presenciais nas escolas de Educação Básica no Rio Grande do Sul

A suspensão e o retorno ao ensino presencial da Educação Básica no Rio Grande do Sul, durante a pandemia de COVID-19, percorre uma linha do tempo com muitos acontecimentos que merecem destaque: a adoção de diversos marcos normativos para a contenção dos contágios por COVID-19, o início da vacinação nacional, o acompanhamento do número de casos de COVID-19 de ocupação de leitos e de óbitos no estado pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, conforme demonstra a Figura 1.

Figura 1 - Linha do tempo de suspensão até o retorno às aulas presenciais no Rio Grande do Sul durante a pandemia de COVID-19



Fonte: elaborada pelos autores.

A Educação Básica no estado foi gravemente afetada pelo coronavírus. Devido ao aumento nos números de contaminação no mês de março de 2020, a decisão tomada pelo governo do estado, inicialmente, foi estabelecer o decreto nº 55.118, no qual o art. 5º suspendeu “[...] a contar de 19 de março, pelo prazo de 15 dias, prorrogáveis, as aulas

presenciais no âmbito do Sistema Estadual de Ensino [...]” (RIO GRANDE DO SUL, 2020a, documento *on-line*) e, em parágrafo único do mesmo artigo, apenas recomendou-se às escolas privadas que seguissem o estabelecido para as escolas estaduais, sem a obrigação ainda da suspensão para as outras escolas.

A suspensão temporária de todas as aulas presenciais no estado deu-se somente no dia 1º de abril de 2020, conforme estabelecido no art. 7º do decreto nº 55.154 (RIO GRANDE DO SUL, 2020c):

Ficam suspensas, diante das evidências científicas e análises sobre as informações estratégicas em saúde, observando o indispensável à promoção e à preservação da saúde pública, para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), com fundamento no art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, as aulas, cursos, e treinamentos presenciais em todas as escolas, autoescolas, faculdades, universidades, públicas ou privadas, municipais, estaduais ou federais, e demais instituições de ensino, de todos os níveis e graus, bem como em estabelecimentos educativos, de apoio pedagógico ou de cuidados a crianças, incluídas as creches e pré-escolas, situadas em todo o território do Rio Grande do Sul.

Com o estado todo em isolamento social durante o ano de 2020, neste ano as aulas foram remotas. O retorno ao ensino presencial dependia de um ambiente seguro para todos nas instituições escolares. Para isso, era necessário que os casos de contaminação e óbitos diminuíssem a índices seguros e, também, que a vacinação em massa iniciou-se no estado. Quando o Rio Grande do Sul atingia, no dia 20 de janeiro de 2021, 3.001,71 casos de contaminação e 52,29 óbitos na média móvel em 7 dias (RIO GRANDE DO SUL, 2021b), finalmente iniciava-se a vacinação no estado (RIO GRANDE DO SUL, 2021e). Embora a vacinação avançasse, porém ainda havia uma alta taxa de contaminação e de óbitos dentre aqueles não vacinados, e o retorno às aulas presenciais seguia impossível.

No estado, março de 2021 foi o mês no qual os números foram expressivos. O estado teve o seu pico de casos de contaminação no dia 1º de março de 2021, alcançando 15.497 em um único dia (RIO GRANDE DO SUL, 2021b). Apesar dos números alarmantes, a Secretária de Estado da Educação lançou, no dia 3 de março de 2021, um documento com orientações para o modelo híbrido de ensino (RIO GRANDE DO SUL, 2021d). Neste documento, ensino híbrido está conceituado como:

[...] um programa de educação formal no qual um aluno aprende, pelo menos em parte, por meio de ensino online, com algum elemento de controle do estudante sobre o tempo, lugar, modo e/ou ritmo de estudo, e pelo menos em parte em uma localidade física supervisionada, fora da sua residência. (RIO GRANDE DO SUL, 2021d, p. 9).

A realidade para o retorno presencial seguia muito distante ainda. Menos de duas semanas após a divulgação das orientações para o ensino híbrido, no dia 15 de março, o estado ultrapassa a taxa de ocupação de leitos de UTI, chegando a mais de 110% (RIO GRANDE DO SUL, 2021b). E um dia após, em 16 de março, o Rio Grande do Sul chegou ao seu pico de óbitos durante toda a pandemia, alcançando a marca de 349 óbitos em um único dia.

O percurso para o retorno às aulas presenciais foi longo. Somente no final de abril de 2021, mesmo com um alto número de casos e de óbitos no Rio Grande do Sul, o estado lançou o calendário para aulas híbridas para a rede pública estadual (RIO GRANDE DO SUL, 2021c). O calendário propôs um retorno “[...] gradual e escalonado, permitindo a volta dos estudantes ao ambiente escolar sem o risco de aglomeração” (RIO GRANDE DO SUL, 2021c, documento *on-line*):

- Até 30/4 – Organização das escolas
- 3/5 – Educação Infantil e 1º e 2º anos do Ensino Fundamental
- 5/5 – 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental
- 7/5 – Anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)
- 10/5 – 1º ano do Ensino Médio
- 12/5 – 2º e 3º anos do Ensino Médio
- 13/5 – Ensino Técnico e Curso Normal

Nota-se que, após a divulgação do calendário, as escolas tiveram pouco tempo para organizar o retorno dos seus professores, dos alunos e de toda a equipe educacional ao ambiente escolar presencial. O decreto nº 56.171, de 29 de outubro de 2021, o qual restabeleceu o retorno obrigatório das instituições das redes públicas e privada de educação básica no estado a partir do dia 8 de novembro de 2021, assegurando “[...] a permanência no regime híbrido ou virtual aos alunos que, por razões médicas comprovadas mediante a apresentação de atestado, não possam retornar integral ou parcialmente ao regime presencial” (RIO GRANDE DO SUL, 2021a) indicou o caminho para o retorno obrigatório às aulas presenciais

Considerações finais

O período da pandemia da COVID-19 deve ser considerado não como um rito de passagem, algo que ocorreu e que em breve a vida voltará para a normalidade, mas sim, como um marco de mudança para todos os setores da sociedade, entre eles a educação. As medidas adotadas pelo estado do Rio Grande do Sul para orientar as instituições escolares foram realizadas a partir da conjuntura dos momentos vividos. Os dados da pesquisa demonstram

que a pressão popular foi um dos fatores que contribuiu tanto para fechamento quanto para a abertura das escolas, e que os dados relacionados aos casos de COVID-19 e os índices de mortalidade, ainda que fatores relevantes para subsidiar as decisões governamentais, não foram os principais elementos observados.

As consequências do período de ensino remoto para a educação são incontáveis e as desigualdades educacionais acentuaram-se ainda mais. No entanto, mesmo com o retorno da presencialidade, será preciso um longo período para a adaptação escolar. Considerando que a escola é o espaço para o desenvolvimento cognitivo, comportamental e socioemocional dos educandos, o retorno das atividades presenciais nas instituições escolares sinaliza o retorno ao desenvolvimento integral de todos os sujeitos da Educação Básica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Coronavírus Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em: 31 dez. 2022.

DIDRIKSSON, Axel. **Reformulación de la cooperación internacional en la educación superior de América Latina y el Caribe**. México: Fondo de Cultura, 2008.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA [UNICEF]. **COVID-19: mais de 97% dos estudantes estão fora das salas de aula na América Latina e no Caribe**. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-mais-de-97-por-cento-dos-estudantes-ainda-estao-fora-das-salas-de-aula-na-america-latina-e-no-caribe>. Acesso em: 31 out. 2022.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua 2018**. Brasília, DF: IBGE, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101705_informativo.pdf. Acesso em: 13 dez. 2021.

LESSA OLIVEIRA, Cristiano. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Travessias**, Cascavel, v. 2, n. 3, 2010. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3122>. Acesso em: 11 dez. 2021.

MOREIRA, José António; SCHLEMMER, Eliane. Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife. **Revista UFG**, Goiânia, v. 20, n. 26, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/63438/36079>. Acesso em: 13 dez. 2021.

MOROSINI, Marília Costa. Qualidade da educação superior e contextos emergentes. **Revista Avaliação**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 385-405, jul. 2014.

PIMENTA, P. Educação busca superar estragos da pandemia. Brasília, DF: Senado Federal, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/03/educacao-busca-superar-estragos-da-pandemia>. Acesso em: 31 out. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 55.118, de 16 de março de 2020**. Estabelece medidas complementares de prevenção ao contágio pelo COVID-19 (novo Coronavírus) no âmbito do Estado. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 2020a. Disponível em:

<https://www.diariooficial.rs.gov.br/materia?id=395443>. Acesso em: 10 dez. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 55.128, de 19 de março de 2020**. Declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 2020b. Disponível em:

<https://www.diariooficial.rs.gov.br/materia?id=396798>. Acesso em: 9 dez. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 55.154, de 1º de abril de 2020**. Reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 2020c. Disponível em:

<https://saude-admin.rs.gov.br/upload/arquivos/202004/01140149-decreto-55154.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 56.171, de 29 de outubro de 2021**. Estabelece as normas aplicáveis às instituições e aos estabelecimentos de ensino situados no território do Estado do Rio Grande do Sul, conforme as medidas de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) de que trata o Decreto nº 55.882, de 15 de maio de 2021, que institui o Sistema de Avisos, Alertas e Ações. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 2021a. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos//decreto-56-171-29out21.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Departamento de Economia e Estatística (DEE). Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SEPLAG). **Coronavírus**: boletim diário de casos em países selecionados, Brasil e RS. Porto Alegre: DEE/SEPLAG, 2021b. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMmFkZWE3ZTtYmU0OC00ZmExLTk0YTgtOG E4MjNmYzMyNTUzIiwidCI6IjRmZjE0NWRhLThkZWYtNGI3Zi05YTlkLTFiZjRjZDI3Mz ViYSJ9>. Acesso em: 13 dez. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação (SEDUC). **Educação divulga calendário para o retorno das aulas presenciais na rede pública estadual**. Porto Alegre: Seduc, 2021c. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/seduc-divulga-calendario-para-o-retorno-das-aulas-presenciais>. Acesso em: 13 dez. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação (SEDUC). **Orientações à rede pública estadual de educação do Rio Grande do Sul para o modelo híbrido de ensino 2021**. Porto Alegre: Seduc, 2021d. Disponível em:

<https://educacao.rs.gov.br/upload/arquivos/202111/03182849-2021-orientacoes-a-rede-publica-estadual-de-educacao-do-rio-grande-do-sul-para-o-modelo-hibrido-de-ensino-1.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde (SES). **Monitoramento da imunização covid-19**. Porto Alegre: SES, 2021e. Disponível em: <https://vacina.saude.rs.gov.br>. Acesso em: 9 dez. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde (SES). **Painel coronavírus RS**. Porto Alegre: SES, 2021f. Disponível em: <https://ti.saude.rs.gov.br/covid19/>. Acesso em: 9 dez. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde (SES). **RS antecipa início da vacinação contra Covid-19 para esta segunda (18), anuncia governador**. Porto Alegre: SES, 2021g. Disponível em: <https://saude.rs.gov.br/rs-antecipa-inicio-da-vacinacao-contra-covid-19-para-esta-segunda-18-anuncia-governador>. Acesso em: 9 dez. 2021.

RITCHIE, Hannah *et al.* **Statistics and Research: Coronavirus Pandemic (COVID19)**. In: OUR WORLD IN DATA. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://ourworldindata.org/coronavirus-data?country=~BRA>. Acesso em: 9 dez. 2021.

SOUZA, Elmara Pereira de. Educação em tempos de pandemia: desafios e possibilidades. *Cardernos de Ciências Sociais Aplicadas*, ano XVII, vol. 17, nº 30, pág. 110 – 118, jul./dez. 2020, UESB, Vitória da Conquista/BA.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Balço 2020: impacto da pandemia na educação vai além do fechamento das escolas**. São Paulo: Todos pela Educação, 2020. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/relatorio-do-todos-impacto-da-pandemia-na-educacao-basica-tem-ido-alem-do-fechamento-de-escolas/>. Acesso em: 11 dez. 2021.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **COVID-19 Educational Disruption and Response**. Genebra: UNESCO, 2021. Disponível em: <https://en.unesco.org/covid19/educationresponse>. Acesso em: 10 dez. 2021.

UNIVERSIDADE ABERTA DO SUS (UNASUS). **Organização Mundial da Saúde declara pandemia do novo Coronavírus: mudança de classificação obriga países a tomarem atitudes preventivas**. Brasília, DF: UNASUS, 2021. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 9 dez. 2021.

WORLD BANK. Os impactos econômicos da crise da COVID-19. In: WORLD BANK. **Relatório de Desenvolvimento Mundial 2022: finanças a Serviço de uma Recuperação**. Washington, DC: World Bank, 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/publication/wdr2022/brief/chapter-1-introduction-the-economic-impacts-of-the-covid-19-crisis>. Acesso em: 31 out. 2022.